

PAINEL I

Desenvolvimento da Aplicação de Políticas de Educação/Formação

Moderador – Joaquim Azevedo

Joaquim Azevedo*

Vamos dar início ao Painel I.

Já foi feita uma introdução pelo senhor Presidente do Conselho Nacional de Educação sobre este painel “*Desenvolvimento da Aplicação de Políticas de Educação/Formação*” que nos vai dar conta de quatro grandes áreas: o Instituto de Emprego e Formação Profissional aqui representado, ao seu mais alto nível, pelo seu Presidente, Dr. Francisco Madelino; o senhor Prof. Alberto Melo, da Universidade do Algarve falará mais especificamente no domínio da educação de adultos e da aprendizagem ao longo da vida; a senhora Dra. Ana Penim, que foi nossa Conselheira durante muitos e bons anos e que agora está aqui numa posição diferente, com uma actividade empresarial própria neste domínio, dirigindo o Instituto de Negociação e Vendas e que nos falará desta problemática, nessa perspectiva; o senhor Dr. José Ramos que é Presidente do Conselho Executivo da Escola Secundária João Gonçalves Zarco, em Matosinhos, e que veio para nos falar da experiência que a escola desenvolve na aplicação destas medidas, nesta escola que é conhecida, exactamente, por ter bastante sucesso naquilo que faz.

Dou a palavra ao Dr. Francisco Madelino.

* Conselheiro do Conselho Nacional de Educação

As Linhas Estratégicas de Políticas de Educação e Formação

Francisco Madelino*

O que se propõe analisar neste contexto é a estratégia que a política de emprego e de formação profissional deve ter num país como Portugal. Para tal é necessário ter em conta dois grandes problemas existentes ao nível da nossa população. O primeiro é o défice de qualificações que, entre muitos outros efeitos, determina que Portugal tenha cerca de 50% da produtividade média europeia. Em consequência desta situação o País tem vários atrasos, com os quais se confronta todos os dias. O segundo que importa relevar é o facto de ser o país da União Europeia com uma das maiores desigualdades sociais traduzida, portanto, numa grande diferença entre os que têm mais baixos rendimentos e aqueles que os têm mais elevados.

Neste contexto, o Instituto de Emprego e Formação Profissional está enquadrado numa política de emprego e formação profissional nacional que tem duas componentes fundamentais: modernizar Portugal e reforçar a coesão social nacional.

Uma política virada para a modernização, no sentido em que deve reforçar ganhos de competitividade, a curto prazo, extremamente fortes e deve actuar em componentes estruturais que os determinam. Esta componente está, em grande parte, alicerçada na qualificação inicial e nos apoios à empregabilidade deste público e, portanto, muito alicerçada naquilo a que podemos chamar, em termos económicos, a variável fluxo. Entram no mercado de trabalho 100 a 120 mil pessoas por ano, sendo a larga maioria jovens, localizando-se aqui o grupo alvo mais importante da primeira componente.

A política de emprego e formação profissional, porém, em Portugal tem que ter uma outra componente. Tem de existir uma característica dualista nas políticas a aplicar em Portugal neste momento, pelo que a política de emprego e qualificação tem de ter uma outra característica,

* Instituto de Emprego e Formação Profissional

virada para o reforço da coesão social e da recuperação da variável *stock* da população activa.

Existem 5 milhões de portugueses que estão na população activa, mas 3,5 milhões destes têm qualificações relativamente baixas. Basta observar os dados estatísticos, pois quando cruzamos desemprego, qualificações e estrutura do tecido empresarial estes valores problemáticos são evidentes. Ou seja, cerca de 70% tem menos que o ensino secundário e apenas 1,5 milhões de portugueses estão capacitados para essa revolução tecnológica de que o País precisa.

É esta componente dualista que a política de emprego e formação profissional do nosso País deve ter em conta.

Neste momento, estas duas componentes estão a ser implementadas e têm tradução concreta em dois programas: o Plano Nacional de Emprego e o Programa Novas Oportunidades.

Por um lado, o Plano Nacional de Emprego tenta harmonizar estas duas componentes da política de emprego e da política de formação. Este Plano actua sobre a variável fluxo, mas considera que não nos podemos render ao facto de serem necessários 45 a 50 anos para a renovação total do mercado de trabalho. Neste sentido, existe também uma actuação sobre a variável *stock*, cruzando e incorporando adicionalmente variáveis como o desenvolvimento local e a coesão regional do país.

Por outro lado, o Governo implementou o Programa Novas Oportunidades. A aposta do Instituto de Emprego e Formação Profissional, na linha deste programa, concentra-se na intervenção ao nível das formações de dupla certificação, quer sobre os jovens, quer sobre os activos. A ideia é transformar positivamente variáveis estruturais como o abandono escolar precoce e o facto de as organizações nacionais serem pouco qualificantes. Acreditamos que a única forma de recuperar as qualificações da variável *stock* e, simultaneamente, combater o abandono escolar, é através da promoção dos cursos de dupla certificação e do ensino secundário profissionalizante. Esta estratégia passa também por instrumentos como o

reconhecimento de adquiridos, o aumento dos cursos de aprendizagem e o incremento dos cursos de Educação e Formação de Adultos. O IEFP vai expandir amplamente, dentro dos próximos dois a três meses, a sua rede de Centros de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC).

Importa considerar que não estamos a falar de uma estratégia burocrática de dar diplomas fáceis aos portugueses, mas de uma acção que aposta muito na qualidade da metodologia e na regulação pedagógica firme do próprio sistema de reconhecimento da experiência e das entidades formadoras. Apesar destes dados sobre as qualificações dos portugueses, negativos necessariamente, não queria que ficássemos aqui com um sentimento pessimista.

Não nos podemos esquecer que o nosso País está entre os países do Mundo que fizeram uma convergência maior, nos últimos quarenta anos, em variáveis como o PIB per capita e a qualificação dos seus cidadãos, embora tenhamos partido com um atraso, provavelmente de 150 a 200 anos, da maior parte dos países europeus. É, por isso, que temos de continuar persistentemente esta aposta num mundo cada vez mais globalizado.

Portugal apenas na década de sessenta se começou timidamente a abrir ao mundo e ao mercado. Só em 1992, passou a fazer parte dum espaço económico livre internacional, que é o mercado europeu, há catorze anos, portanto, o que quase corresponde ao número de anos que a Irlanda já tinha da União Europeia quando nós lá entrámos. E conseguimos vencer o desafio. Agora estamos num mercado não apenas europeu, mas mundial, cada vez mais livre, sendo este o esforço de adaptação que temos de continuar a fazer.

Portugal é o País do Mundo que mais reduziu a taxa de mortalidade infantil nos últimos anos, o que é o melhor indicador de desenvolvimento dos povos. Os avanços das últimas décadas leva-nos a acreditar que, pelos esforços que temos feito, conseguiremos ganhar mais esta batalha contra a actual crise, perante um dos maiores choques petrolíferos da história, mas sem que o país esteja a sofrer tão profundamente a crise que sofreu nos

outros choques petrolíferos entre 1973 e 1975 e 1983 e 1985. Para termos uma noção da amplitude deste choque: no ano passado e em cerca de sete ou oito meses, os preços do petróleo passaram de 20 para 60 dólares enquanto na crise anterior passaram de 18 para 36 dólares e de 2 para 8 dólares. A crise, contudo, é profunda porque se relaciona com uma necessidade profunda de reestruturação de Portugal.

Para concluir, só umas breves explicações adicionais sobre o sistema RVCC (Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências).

Portugal, apesar de tudo, tem um índice de produtividade acima das qualificações dos seus cidadãos. Isto é, se compararmos as qualificações dos portugueses com as produtividades, Portugal é um dos países do mundo em que se observa que as produtividades são mais elevadas do que as qualificações que os próprios portugueses fariam supor. Basta comparar com a Turquia ou México, por exemplo.

Por vicissitudes da história, pelas experiências tidas ao longo da vida, traduzidas no próprio mercado do trabalho, os portugueses adquiriram aptidões e competências por via informal e não formal, e estas poderão ter equivalência escolar. Esta articulação entre a educação e a experiência potencia a construção de um conjunto de competências associadas, por exemplo, a 6, 9 anos de escolaridade. Este processo já foi realizado. Neste momento estão a ser construídas as competências para ter o 12.º ano de escolaridade.

O sistema RVCC é um processo que permite verificar, através de um conjunto de metodologias, se as pessoas adquiriram efectivamente essas competências e se existem algumas em falta que necessitam de ser complementadas. Este processo permite assim a recuperação de qualificação dos activos, recuperação esta em que o País está empenhado.

Neste momento existem 100 RVCC's e o objectivo do Governo é a criação de 500. O IEFP vai criar em todos os Centros de Formação Profissional do País, quer sejam de gestão directa, quer sejam de gestão participada. Estamos a falar de cerca de 60 centros.

Paralelamente, este sistema de competências permite construir uma “passadeira” dentro da diversidade da oferta formativa: seja por via do sistema formativo ou do sistema escolar.

Neste sentido, não haverá um regresso a antes de 1974, em que havia um sistema puramente profissional e um sistema escolar, sem haver esse sistema de “passadeira”.

O País iniciou, nos últimos anos, algumas áreas, como os cursos de aprendizagem e os cursos de educação/formação, que permitiram esta dupla-certificação profissional e escolar, agora o que se propõe é uma ampla generalização destes processos.

Esta articulação entre os Ministérios da Educação e do Trabalho e da Solidariedade Social está a ser extremamente forte e o sistema RVCC complementa esta necessidade de articular a vertente dualista da política de formação.

Concluindo, para modernizar Portugal importa qualificar os jovens, contudo não se pode ignorar a intervenção sobre os activos.

Joaquim Azevedo

Muito obrigado.

Fiz alguma questão para que se enfatizasse e descrevesse, neste caso, por parte do senhor Presidente, este mecanismo de certificação e validação de competências porque, normalmente, usa-se uma linguagem muito cifrada e é importante, num auditório deste tipo, esclarecer e levar um pouco mais longe esta abordagem.

Senhor Prof. Alberto Melo.

A Educação e Formação de Adultos em Portugal como um Projecto de Sociedade

Alberto Melo*

Começo por agradecer ao Conselho Nacional de Educação o convite que me fez, e que aceitei, além do mais, porque assumi que não era convidado, apenas numa perspectiva pessoal, mas porque penso poder representar também, de algum modo, o mundo da educação de adultos em Portugal, cuja presença me parece fundamental, na concepção e na implementação deste novo programa, nesta “última oportunidade”, como também já foi chamado. É de certo modo assumindo essa representação, que gostaria de deixar aqui algumas curtas mensagens.

O tempo é pouco, e desde já agradeço ao senhor Presidente do IEFP, o ter-me concedido alguns minutos do seu próprio tempo, um gesto que, espero, seja sintomático do apoio futuro que o IEFP dará à educação de adultos, na próxima década.

E, falando de tempo, gostava de recuar trinta nos, desculpem, é um privilégio da idade, mas há trinta anos que, pela primeira vez, assumi algumas funções de responsabilidade no campo da educação de adultos.

O que estava na mesa era então uma campanha de alfabetização, que se propunha erradicar o analfabetismo em três anos. Foi o meu primeiro choque, de certo modo, com uma lógica de planeamento contra aquela que sempre defendi e tenho procurado adoptar: uma lógica de política. Muitas vezes faz-se planeamento, porque não se quer, não se pode, ou não se sabe fazer política. O plano, realmente não sei como é que ele seria implementado, pois na altura, mais de 25% da população adulta portuguesa não tinha efectivamente o domínio dos códigos escritos. E, portanto, seria uma campanha que, para poder cumprir as suas metas em três anos, teria de ser compulsiva (como foi, também nos anos setenta, a campanha de alfabetização do Iraque, conhecida pelo seu aspecto compulsivo). Ora, a

* Universidade do Algarve

educação de adultos tem muita coisa de específico relativamente à educação escolar, e uma delas é que o seu carácter voluntário é essencial. O adulto não é forçado à educação, a sentar-se em sala de aula, não há este tipo de obrigação. Isto para além de outras especificidades, que provêm de o seu sujeito ser a pessoa adulta, que normalmente é alguém muito ocupado, relativamente à qual, se tem que assegurar uma grande economia de tempo, de meios, de materiais e de conteúdos. Precisamente porque estas actividades educativas são voluntárias, o adulto pode sair a qualquer momento, porque não está interessado e não consegue constatar o que seja relevante. Portanto, é essencial garantir uma relevância quase imediata, e a possibilidade para o adulto de compreender e de contextualizar tudo aquilo que está a aprender. Esta ideia de uma utilidade visível e relativamente imediata, assim como outros vectores próprios a este sub-campo da Educação e Formação, apontam para uma especificidade e uma relativa autonomia, que não têm efectivamente sido reconhecidas, ao longo dos anos, nas políticas, nas práticas, nas estratégias do Ministério da Educação e de outras políticas públicas em Portugal.

O que tenho testemunhado nos últimos trinta anos, efectivamente, é uma sucessão de altos e baixos relativamente a medidas, a planos, a documentos, que rapidamente são metidos na gaveta, por razões normalmente de carácter tático, e não de modo nenhum de carácter estratégico/político. Foi o que sucedeu com as inovações da DGEP, em 1976, com o Plano de Alfabetização e Educação Básica de Adultos (PNAEBA), da DGEA, no início dos anos 80, com os trabalhos da Comissão da Reforma Educativa, em 1988, com o Documento Estratégico “Uma Aposta Educativa na Participação de Todos”, de 1998, com a criação e rápida extinção da ANEFA (1999-2002) ...

Portanto, nos anos 75/76, começara realmente, em Portugal, a tentar lançar-se o embrião do que seria um campo e um edifício de educação de adultos em Portugal. Conceberam-se e experimentaram-se, nessa altura, algumas inovações significativas. Por exemplo, uma nova avaliação, em que o adulto não tinha que fazer um exame da 4.^a classe, como faziam os miúdos, mas através de um processo centrado no adulto, uma avaliação que

tivesse alguma relevância e não o humilhasse. (Isto é fundamental, pois empurrar o adulto para uma situação puramente escolar, é vivido como uma humilhação, como uma punição de não o ter feito há anos atrás). Portanto, o exame da 4.^a classe foi então totalmente renovado. Em 1976, também se publicou um decreto-lei que reconheceu as associações de educação popular, como os interlocutores principais da administração portuguesa, para a educação de adultos no País. Portanto, pôs-se em prática esta ideia – que já foi invocada várias vezes, durante a manhã – de haver agentes e actores na sociedade civil, trabalhando a par, em paralelo, em colaboração e articulação com a administração, para resolver realmente este grande problema nacional.

Todas estas inovações, assim como as medidas contidas no PNAEBA (entre as quais se contava a criação de um Instituto Nacional de Educação de Adultos), foram rapidamente evacuadas, a favor de uma perspectiva de escolarização e institucionalização. A educação de adultos, durante muitos anos ficou reduzida, em Portugal, a uma segunda oportunidade de escolarização. Pensou-se na educação de adultos como cursos nocturnos, onde a escola abre à noite para dar aos adultos uma oportunidade de chegarem aos mesmos níveis e graus das crianças em idade escolar. A educação e formação de adultos, em Portugal, durante muito tempo, ficou assim reduzida a dois grandes sectores de intervenção, normalmente com muito pouco contacto entre si: o ensino recorrente e a formação profissional. Cada um com as suas lógicas, as suas instituições, etc. O adulto tinha que ir fazer o que tinha a fazer, no aspecto escolar, na escola, depois no aspecto do trabalho, tinha que ir para cursos e estruturas da formação profissional.

Foi, de certo modo, para tentar superar os inconvenientes deste dualismo que se deu, a partir de 1997/98, uma importante tentativa do Ministério da Educação, rapidamente secundado pelo Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, para revitalizar e relançar a educação de adultos em Portugal. E foi essa finalidade que levou à concepção de novos cursos de educação e formação de adultos (ou Cursos EFA), e ao desenho de estruturas que abrissem ao adulto uma espécie de “balcão único” nestas matérias; processos e modalidades de educação e formação que não

obrigassem as pessoas adultas a saltar entre estruturas e processos, com lógicas muito diferenciadas, mas assegurassem um processo integrado. Foram feitas então propostas que facilitassem a cada adulto interessado adquirir e ver promovidas competências, saberes e conhecimentos capazes de conduzir a uma validação e uma certificação duplas, tanto a nível de qualificação profissional, como de níveis e graus correspondentes ao ensino escolar. Estas novas vias – também novas oportunidades – foram lançadas como vectores chave de um programa, aprovado por Resolução do Conselho de Ministros, em 1998: o Programa “Saber Mais”, apelidado de “Projecto de Sociedade”, e iniciado com base num pequeno Grupo de Missão, que procurou pôr em marcha o documento estratégico, elaborado há uns meses atrás, e entretanto homologado, tanto pelo Ministério da Educação, como pelo Ministério do Trabalho. Digamos, portanto, que esta abordagem de trabalho em articulação, efectivamente, nessa altura, deu os seus frutos, inclusive com a concretização de uma das grandes propostas deste programa, que era a criação de um instituto próprio; uma reivindicação que já vinha de há trinta anos atrás, no campo da educação de adultos – um instituto que pense exclusivamente, especificamente, e de forma especializada, a educação de adultos em Portugal. Foi o que sucedeu, em Setembro de 1999, com a criação da ANEFA, Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos, uma estrutura que, entre outras coisas, quanto a mim, valia pelo facto de ter uma tutela dupla, trabalhando directamente com o Ministério do Trabalho e com o Ministério da Educação, tendo funcionários de ambas as estruturas, e ainda um conselho consultivo que tentava reunir os actores mais importantes na sociedade portuguesa, na área da educação de adultos: sindicatos, empresas, associações de desenvolvimento local e outras, universidades, etc. Essa estrutura, a Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos, lançou em 2000, por exemplo, os primeiros centros de reconhecimento, validação e certificação de competências (CRVCC). Antes disso, e como alicerce na construção deste novo processo, o Grupo de Missão tinha encomendado um trabalho sobre os referenciais de competências-chave, porque se considerou que, para um adulto, um edifício de educação de adultos não podia estar assente nas disciplinas da escola, mas fundamentalmente naquilo que o adulto necessita no seu quotidiano: no seu dia-a-dia de cidadão, no seu

dia-a-dia de trabalhador, de produtor, membro de uma família, membro de uma comunidade. Essas seriam as competências-chave a definir. E, nessas competências-chave, deveria efectivamente alicerçar-se este novo edifício de educação e formação de adultos, através de três ou quatro grandes instrumentos, os Cursos EFA, as Acções Saber+, os Clubes Saber+ e os CRVCC, como já foi aqui falado.

E eu, de certo modo, como padrinho destes Centros, peço desculpa da expressão pesada e longa que acabou por ser adoptada. Ficou-se sempre à espera que houvesse alguém genial que nos descobrisse uma outra, mas também houve, finalmente, algum propósito nisto: mostrar no título toda a complexidade do processo – reconhecimento, validação e certificação. Há um certo rigor implícito, no facto de haver uma expressão com este peso, vê-se que não se procura o facilitismo, nem no próprio nome, portanto, o processo não deveria conduzir a facilitismos de modo algum.

Os cursos de educação e formação de adultos – Cursos EFA, estão também baseados nestas mesmas competências-chave, permitindo ao adulto, a possibilidade de uma qualificação e certificação, tanto escolar como de carácter profissional. Isto, esperando nós que, um dia mais tarde, espero, tenhamos também nós, como já o têm outros países, um quadro único de qualificações. Porque não faz muito sentido, hoje em dia, termos um quadro de qualificações de tipo escolar-académico, e um quadro de qualificações de tipo vocacional-profissional, de trabalho. Acho que, fundamentalmente, o que faz sentido é termos um quadro único, o que possibilita e facilita toda uma possibilidade de passagens entre estes dois esquemas. E teremos, então, realmente, tanto no nível tecnológico-profissional como no escolar-académico, os mesmos graus e a mesma possibilidade de atingir o topo, a excelência. Uma correspondência a doutoramento, a nível de uma carreira profissional, é perfeitamente possível de vir a definir-se. A Irlanda e a Escócia já têm este quadro único, e certamente outros países estão a adoptar um quadro único de qualificações, como está, aliás, a ser promovido pela Comissão Europeia, na sua proposta de um Quadro Europeu de Qualificações.

Portanto, quando vi o novo programa de “Novas Oportunidades”, fiquei, tal como vós, com algumas esperanças, que seja mais um investimento forte para a educação e qualificação dos portugueses. E fiquei também receoso, no momento actual, que não se vá repetir a história que já se viveu no passado, quando a educação de adultos, há trinta anos, estava a dar os seus primeiros passos e, a muito breve trecho, foi travada essa fase de experimentação social, essa fase de parcerias, de colaboração, articulações entre a administração pública, os Ministérios, empresas, associações, autarquias, no sentido de se fazer um projecto de sociedade para a educação de adultos em Portugal. Tem sido travado sempre por questões de tipo pragmático, que afinal escondem uma falta de visão estratégica por parte dos poderes políticos. No final dos anos 70, porque havia professores de ensino primário no desemprego, e se considerou que era de os colocar imediatamente em tudo o que fosse educação de adultos, retirando aqueles animadores, aqueles formadores comunitários, aquelas pessoas que então trabalhavam no seio de associações, casas do povo, etc., e que não tinham as habilitações próprias. E daí foi um pequeno passo até se chegar a uma escolarização quase total do sistema de educação de adultos. Hoje em dia, parece-me que temos problemas semelhantes, professores que têm horários zero, jovens licenciados que estão no desemprego, etc., e pode pensar-se em procurar, antes de mais, vias para os empregar e resolver este problema profissional, por muito legítimo que seja, mas sacrificando o que poderia ser, enfim, uma verdadeira política de educação e formação de adultos. Sinto que em Portugal, cada vez que procuramos escolarizar, institucionalizar, travamos, empobrecemos, enfraquecemos a educação de adultos. As duas grandes inovações de que o senhor Ministro falou – os cursos de educação/formação de adultos e os centros de reconhecimento e validação de competências – nasceram de práticas sociais, não foi nenhuma pessoa ou equipa genial que as inventou, nasceram daquilo que no terreno se tem vindo a fazer, de práticas pedagógicas em educação de adultos que se experimentam no terreno, e, portanto, é preciso reconhecer isso. É preciso reconhecer essa sua génese, como é preciso reconhecer agora, na sua implementação e *mainstreaming*, que não podem afastar-se estes instrumentos, que já deram muito boa conta de si, das mãos dos agentes e das organizações que fazem educação e formação de adultos no âmbito de

projectos: de intervenção social, de inclusão, de projectos de vida até, para os jovens, para a sua inserção social/profissional. Não se podem agora, de repente, retirar das suas raízes estes dois instrumentos, e colocá-los nas escolas, só porque há necessidade de empregar professores, colocá-los nos centros de formação do IEF, pura e simplesmente. Acho que estas duas instituições, escolas e centros de formação, têm o direito e o dever de serem intervenientes, muito activos no campo da educação/formação de adultos, e são certamente, muito bem vindos neste tipo de intervenção. Mas creio que não podem trabalhar sozinhos, porque temos que pensar sempre em termos de parcerias territoriais, que concebam e apliquem um plano local para a educação/formação de adultos, assente nas autarquias, no tecido empresarial, no tecido associativo e IPSS's, em instituições de ensino e formação profissional, e que todos trabalhem efectivamente em conjunto. É pois necessário que as escolas e os centros de formação não se isolem, não tentem ser protagonistas isolados; creio que o tempo da administração centralista, centralizadora, já lá vai, (vemos isso até a nível de comparações europeias), e esta situação de “descentralização” é ainda mais pertinente para a educação/formação de adultos, que não pode ser mais um campo de aplicação do centralismo atávico da administração portuguesa, mas tem que ser um campo de parceria, de cooperação, de articulação, tem que ser um projecto de sociedade, como é evocado no título da comunicação.

Joaquim Azevedo

Muito obrigado Prof. Alberto Melo.

Vamos passar a palavra à Dra. Ana Penim que vai fazer uma intervenção comparando o que este programa pretende realizar, com os contributos que o Conselho Nacional de Educação foi construindo ao longo dos últimos dez anos. Portanto, é uma visão que foi construída aqui com o apoio técnico do Conselho Nacional de Educação e que visa perceber em que medida é que o próprio Conselho está alinhado ou desalinhado na sua orientação com este programa das “Novas Oportunidades”. Portanto, há aqui um trabalho importante de pesquisa e vamos ver as conclusões a que se chegou.

Intervenções e Recomendações do CNE sobre aprendizagem ao longo da vida e novas oportunidades de educação/ formação – 1996/2006

Ana Teresa Penim*

É com imenso prazer que participo neste Seminário e, por isso, agradeço ao Conselho Nacional de Educação mais esta oportunidade. É sempre um prazer regressar ao CNE, onde tive o privilégio de participar como Conselheira, durante sete anos, e onde muito aprendi. Espero, também, ter contribuído com valor acrescentado para a reflexão conjunta, sobretudo nos aspectos mais ligados ao mercado de trabalho, uma vez que aqui representei uma confederação patronal, a Confederação do Comércio e Serviços de Portugal. Foi gratificante constatar que, ao longo destes sete anos, se registou no CNE uma grande evolução ao nível do discurso e do debate sobre educação/formação. Um enfoque crescente na realidade empresarial e na necessidade do debate sair do meio académico e se alargar a outros contextos criou espaço para uma abordagem focada na aprendizagem ao longo da vida, no seu sentido mais amplo.

Hoje, venho apresentar uma resenha do trabalho do Conselho Nacional de Educação ao longo da última década, tendo como referencial a iniciativa governamental “Novas Oportunidades”. Irei também transmitir-vos algumas das ambições e expectativas do mercado do trabalho, a dois níveis. Por um lado, no que diz respeito à formação de jovens, uma vez que durante catorze anos estive ligada a uma Escola Profissional. Como os estudos provam essa é, das vias de ensino, aquela que apresenta maior sucesso, não só em termos de conclusão do ensino secundário e de qualificação no sentido amplo do termo, mas também em termos de perspectiva de entrada no mercado de trabalho. É um facto que, ao longo da última década, o Conselho Nacional de Educação defendeu a qualificação dos jovens. A meta e o grande objectivo de se constituir o 12.º ano como referencial mínimo para todos os jovens tem, no entanto, que conseguir ser

* Instituto de Negociação e Vendas

muito mais do que um mero objectivo político. Essa meta tem que assumir a força de marca que todos os jovens queiram alcançar e que lhes vai permitir uma gestão mais eficaz e feliz do seu percurso ao longo da vida.

Outro grande objectivo que o CNE também defendeu, é o de que metade dos jovens do ensino secundário venham a frequentar cursos tecnológicos e profissionais. Mais à frente irei referir aquilo que tem sido a posição do Conselho Nacional de Educação a este nível, e aquilo que sei que é a visão de muitos empresários de relevo, em vários ramos de actividade, nomeadamente do grupo alargado de empresários, que estão na origem do INV - Instituto de Negociação e Vendas, que hoje em dia estou a liderar.

Qualificar um milhão de activos é, sem dúvida, um objectivo ambicioso. Conseguir ir além do objectivo político é um grande desafio social. Nesta última década o CNE discutiu múltiplas formas de o fazer e de lá chegar. Pareceres e Recomendações do CNE, verdadeiramente interessantes de todos os pontos de vista, reflectem uma diversidade de opiniões que nos permitem ir mais além. Assim, será muito útil, não só à política, mas também à prática, olhar sobre aquilo que o Conselho Nacional de Educação tem dito a este propósito.

Agradeço à Dra. Laura Ribeiro e à Dra. Teresa Gaspar, Assessoras do CNE, a colaboração que me prestaram na recolha dos documentos que o CNE foi produzindo desde 1990.

De entre as várias Recomendações e Pareceres, destaca-se o Parecer sobre a Aprendizagem ao Longo da Vida, de 2001. Este Parecer contém a reflexão crucial não só em relação à definição de objectivos, como também em relação à operacionalização desses mesmos objectivos. A elaboração deste Parecer constituiu, talvez, um dos momentos em que o Conselho Nacional de Educação desenvolveu um debate mais aprofundado e mais transversal a todas as suas Comissões Especializadas. Ao contrário do que era habitual, a elaboração do Parecer sobre a Aprendizagem ao Longo da Vida conseguiu fazer emergir no CNE um discurso intenso sobre contextos não formais e informais de aprendizagem, uma vez que até aí havia grande

tendência para um enfoque exclusivo nos contextos formais de aprendizagem, ou seja, na Escola.

O Conselho Nacional de Educação assume um papel estratégico para influenciar as políticas de desenvolvimento de recursos humanos. Importa que a Sociedade promova a qualificação das pessoas para que estas façam, de facto, a diferença em todos os seus contextos. Este é o pressuposto de base que aparece em todas as reflexões do Conselho Nacional de Educação.

Outro ponto crítico defendido pelo CNE prende-se com a necessidade de alargar e intensificar este debate à sociedade civil.

Querer aprender é um pressuposto básico para o aproveitamento das Novas Oportunidades, com mais incidência nos adultos, mas também nos jovens. Este debate não se pode restringir ao contexto do sistema educativo, nem ao contexto do sistema formativo e dos seus Ministérios. Tem que ser a sociedade no seu todo, as famílias, os profissionais e os jovens a reconhecerem a importância de aprenderem e de se qualificarem. Hoje em dia na nossa sociedade é fácil ganhar-se muito dinheiro sem se possuírem quaisquer qualificações. Por outro lado, é também muito fácil estar desempregado possuindo-se qualificações. Isto quer dizer que muito tem que mudar, ou seja, as qualificações têm que passar a ser percebidas como úteis para a vida dos cidadãos. Só assim será reconhecido o seu valor e a responsabilidade da sociedade civil na sua promoção. Esta questão transporta-nos para um debate frequente no CNE: o público e o privado.

Apesar da nossa história e da nossa sociedade ter vindo a estar demasiado centrada nas vias públicas, a iniciativa privada afigura-se fundamental para que consigamos atingir os objectivos ambiciosos a que hoje nos propomos. Exemplo deste desentendimento é, por exemplo, a “subalternidade” e desconfiança com que as escolas profissionais são encaradas por muitos dos Serviços Públicos que as tutelam. Acredito que muita desta desconfiança se prende com o facto das mesmas terem nascido num contexto privado. De facto, as Escolas Profissionais têm sido uma via que evidencia bons resultados.

Iniciativas não formais de aprendizagem, como por exemplo as promovidas pelo INV – Instituto de Negociação e Vendas, têm-se revelado respostas adequadas à realidade da qualificação de activos e fundamentais para tornar as empresas mais competitivas, de modo a serem capazes de responder às ambições das pessoas e da necessidade de se prestigiar a educação e, sobretudo, a dinâmica de aprendizagem. Há que reconhecer e crer, verdadeiramente, na participação de todos, e valorizar a intervenção da sociedade civil e do sector privado.

Através de uma lógica da territorialização e de *customização*, aproximamo-nos dos meios em que as pessoas vivem e em que trabalham, tornando cada projecto educativo e formativo único e original. Imagino que muitos dos senhores estarão a pensar que a palavra *customização* não existe na língua portuguesa. Do meu ponto de vista, e da Instituição que lidero, sabemos que o primeiro passo se prende com a motivação para a formação. Para isso é preciso criar empatia com os destinatários da formação, mostrando-se que os compreendemos e que somos capazes de comunicar numa mesma linguagem. *Customizar* quer dizer adaptar, responder a necessidades específicas. Um projecto educativo ou formativo não tem que “ir a reboque” daquilo que as empresas querem. Um projecto formativo tem que ser capaz de compreender os seus objectivos estratégicos e operacionais e conseguir contribuir para as ajudar a alcançá-los, e a chegarem mais além. É aí que a qualificação dos activos encontra, também, pertinência para os Empresários que estão preocupados em conseguir resultados.

O trabalho em rede e parcerias dentro do próprio sistema de educação/formação afigura-se, também, da maior necessidade e pertinência. Não obstante, verificamos que a sociedade portuguesa tem muita dificuldade de se organizar para trabalhar em conjunto. É muito difícil estabelecer parcerias eficientes e eficazes. Num País tão pequeno como o nosso, seria muito interessante conseguirmo-nos articular para ganhar escala.

A articulação entre o Ministério do Trabalho e o Ministério da Educação nesta iniciativa é de aplaudir. Esse foi um dos aspectos que o

Conselho Nacional de Educação sempre mais defendeu ao longo da última década.

É importante acreditar que o País não se fica só pelo discurso. Que se vai para o terreno e que isso vai dar frutos de modo a que, em 2010, se não estivermos no ponto ideal, pelo menos consigamos estar muito próximos do objectivo estabelecido.

A integração orgânica das áreas da educação e da formação constituiu, também, matéria de grande debate no CNE. Durante a análise e debate dos vários projectos dos partidos políticos para a Lei de Bases, muitos Conselheiros lamentaram o facto da maioria não contemplar uma maior convergência e, até, a integração das duas áreas (Educação/Formação).

A importância da criação de vias de ensino com diferentes missões, integrando orientação escolar e vocacional, foi outro aspecto sempre muito presente nas diferentes recomendações do CNE.

Ter diferentes missões e diferentes vocações significa conseguir responder a diferentes públicos, aproveitando as mais valias e o *know-how* específico das várias instituições. Acho que é errado pensarmos que uma escola é capaz de ter vocação para tudo. As escolas profissionais, por exemplo, têm uma vocação específica de proporcionar aos jovens um diploma com duas vertentes: académico e profissional. Será um erro estratégico, um erro nacional, o desinvestimento nesta via de ensino. Uma via de ensino que tem provas dadas de sucesso escolar e profissional, que tem muito *know-how*, que tem docentes e especialistas capazes de fazer um bom trabalho e que tem alunos que as elegem como a sua opção de qualificação. As escolas públicas que há por todo o País, também evidenciam vocações diferenciadas. O caminho de cada Escola não pode cingir-se ao cumprimento de um objectivo político. Ele tem que partir da vocação efectiva da escola e do pulsar da sua comunidade.

O reforço e a dinâmica da orientação vocacional, também, foi sempre um aspecto defendido pelo Conselho Nacional de Educação.

Importa, também, criar um sistema formal de ensino mais aberto ao mundo. Efectivamente, a prática mostra-nos que as Escolas, sejam do ensino não superior ou superior, ainda têm dificuldade de se abrirem verdadeiramente à comunidade e ao mundo empresarial. Para a maioria das Escolas ainda é difícil trabalharem, no seu seio, com pessoas que não são oriundas do mundo académico.

A necessidade de um sistema educativo mais centrado na aprendizagem e não na oferta foi, também, um dos aspectos realçados em diversos Pareceres ou Recomendações do CNE. Para responderem com eficácia aos desafios de qualificação com que a sociedade se depara, os sistemas têm que ser mais ágeis, têm que ter mais iniciativa, têm que se querer responsabilizar e serem capazes de tomar mais decisões, em tempo útil.

A Autonomia das Escolas foi objecto de debate frequente no CNE. A autonomia não só proporciona respostas mais adequadas e mais céleres, como também é mais mobilizadora das pessoas nas organizações. Esta é, aliás, uma das questões críticas responsáveis pelo sucesso da Instituição onde trabalho. A resposta que consideramos válida é a que fizer as pessoas sentirem que estão a evoluir e que a *performance* das suas empresas está a melhorar. Esta é uma postura exigente e altamente responsabilizadora.

No Sistema Educativo é também preciso sentir o incentivo real da Administração Educativa. A autonomia não é compatível com a pré-regulamentação do sistema. A autonomia exige uma concentração na avaliação e não na pré-regulamentação. A autonomia é uma das grandes vantagens das escolas profissionais, evidenciada, por exemplo, na agilidade de recrutamento e selecção de professores e na própria selecção dos alunos tendo em consideração a sua orientação vocacional. O exemplo das escolas profissionais, leva a pensar que as escolas públicas também têm que, de alguma forma, se especializar, para conseguirem levar a sua missão a cabo. As escolas não fazem milagres. As escolas constroem projectos educativos assentes em condições que lhes são proporcionadas pela Administração e na atitude de toda a comunidade educativa.

A promoção do valor social da educação/formação afigura-se, também, uma questão da maior pertinência. O reconhecimento, validação e certificação de competências prendem-se, também, com esta questão. Antes deste Seminário, realizei um estudo de mercado junto de Centros Protocolares. Pude perceber que, neste momento, os Centros de Emprego estão a enviar muitos desempregados para os Centros de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências. Referiram-me que, num primeiro momento, se calhar a “mobilização para a aprendizagem” tem que ser feita um pouco à força. Referiram-me que muitas dessas pessoas vão para lá desmotivadas, mas que, provavelmente, se não fosse dessa forma, nunca viriam a ter conhecimento dessa oportunidade de qualificação.

Isto significa que os próprios Centros de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências têm que ter uma postura muito activa e muito centrada na mobilização dos seus clientes, através de práticas muito activas.

Também as escolas têm que ser, cada vez mais, capazes de atrair e estimular positivamente os jovens para a importância da aprendizagem. Hoje, a sociedade oferece aos jovens muitos estímulos apelativos, com os quais a escola tem que ser capaz de competir.

A sociedade tem que atribuir valor social à aprendizagem. Só assim conseguiremos resultados práticos e a concretização dos objectivos políticos. Conseguir que a sociedade assimile a importância da qualificação, a reconheça e a deseje.

O ensino superior constitui um enorme desafio. O ensino superior é especialmente acarinhado no CNE, e muito bem, porque ele é da maior importância para o País. No entanto, o ensino superior precisa de dar um grande salto para fazer conseguir face a um contexto novo e diversificado. Esse salto é também importante para que o ensino superior se consiga viabilizar, de todos os pontos de vista. A demografia já não é o que era, tornando-se agora necessário apelar e cativar novos públicos. Há muita gente que se sente desprestigiada por não possuir um título académico, num País de engenheiros e doutores. Para sermos capazes de atrair essas pessoas,

as universidades, as faculdades e os institutos superiores precisam reinventar boa parte da sua dinâmica, de trabalhar muito mais em conjunto, e de forma interdisciplinar. No entanto, à medida que se sobe na hierarquia académica, tudo isso se torna cada vez mais escasso e mais difícil de conseguir.

O 1.º ciclo do ensino básico é onde há uma maior lógica de interdisciplinaridade. À medida que vamos subindo na hierarquia académica, lamentavelmente, a interdisciplinaridade perde-se, a aprendizagem fragmenta-se. Para os adultos que estão no mercado de trabalho, a vida não se apresenta como uma soma de disciplinas ou de cadeiras. A vida pessoal e profissional é um projecto integrado. O desafio de uma nova organização para o ensino superior é muito grande, e o Conselho Nacional de Educação tem abordado esta questão repetidamente.

A formação dos docentes, dos professores, dos formadores, dos facilitadores, dos tutores, dos *coachs*, dos líderes, mas, sobretudo, daqueles que têm responsabilidades profissionais no sistema educativo e formativo, afigura-se igualmente uma questão crítica. É preciso encontrar os perfis adequados às diferentes vias de ensino.

É necessário adoptar novas práticas pedagógicas, mais adequadas ao desenvolvimento das novas competências. O trabalho de projecto e a interdisciplinaridade exigem muito trabalho, mas revelam-se muito gratificantes e eficazes. O CNE redigiu já vários Pareceres sobre a questão crítica das novas competências.

A vivência internacional afigura-se, cada vez mais, como fundamental, para uma cidadania activa e tolerante. Os portugueses ainda viajam pouco. É impressionante como, ainda, é possível encontrar tantos jovens recém-licenciados que quase nunca saíram do nosso País. Nos nossos dias, viajar já não é uma questão de dinheiro! É uma questão de atitude. Neste aspecto as escolas e os projectos comunitários que favorecem a mobilidade dos jovens são uma importante ajuda para o desenvolvimento do nosso tecido social.

A avaliação da qualidade do ensino é outro aspecto que o CNE aborda e estuda repetidamente centrando-se, sobretudo, na necessidade de uma avaliação dos resultados.

O *marketing* da aprendizagem e as questões do financiamento também foram debatidos, sistematicamente, no CNE. É importante que o investimento em educação/formação seja interessante para o indivíduo e para a empresa, na qual a lei do mecenato pode assumir um papel importante.

A dinâmica das escolas profissionais e o acesso às tecnologias, são aspectos que estão desenvolvidos em vários documentos do Conselho Nacional de Educação, sob a forma de Recomendações.

E para concluir, gostaria de referir que se, por um lado, hoje as pessoas são a principal ameaça ao nosso desenvolvimento e produtividade, elas são, igualmente, a nossa principal oportunidade.

A seguir à Segunda Guerra Mundial, a Inglaterra ficou totalmente destruída e Churchill disse uma frase inspiradora para o momento que vivemos: “*Um pessimista é aquele que vê uma calamidade em cada oportunidade, um optimista é aquele que vê uma oportunidade em cada calamidade*”. Temos que ser optimistas, sentir que vale a pena lutar pela qualificação dos portugueses e considerar que a iniciativa “Novas Oportunidades” tem a melhor das intenções, sendo nossa obrigação torná-la uma realidade no terreno. Por seu lado, o Conselho Nacional de Educação tem dado contributos da maior relevância a este respeito. Há que saber aproveitá-los.

Joaquim Azevedo

Muito obrigado.

Vamos para a última intervenção, que é da autoria do senhor Dr. José Ramos.

Teremos aqui uma visão, mais do lado da escola secundária, enquanto espaço de concretização potencial de muitas destas medidas que estão aqui enunciadas e que, muitas delas, já estão no terreno: Qual é a óptica e a experiência de uma escola secundária? Como é que foi, como é que é e como é que será?

Uma escola que foi sendo... O futuro de uma origem

José Ramos*

Gostaria de começar por saudar os senhores conselheiros, os participantes no Seminário, os membros da mesa, na pessoa do seu Presidente, agradecer o amável convite para estar aqui presente e felicitar o Conselho Nacional de Educação, na pessoa do seu Presidente, por esta iniciativa.

Gostava, desde já, de apresentar as minhas desculpas pelas eventuais deficiências da comunicação, mas, de facto, os conselhos executivos estão pouco habituados a falar, já que poucas vezes são ouvidos. Portanto, se me atrapalhar (um bocado), não se admirem porque é normal. Apesar de sermos os principais responsáveis pela implementação das políticas educativas não estamos muito habituados a este tipo de situações.

O título da comunicação que me propus trazer para aqui “*Uma escola que foi sendo... O futuro de uma origem*” pretende apenas clarificar o percurso de uma escola que está este ano a comemorar os seus cinquenta anos, e que nasceu como escola industrial e comercial.

É uma escola que, *foi sendo* ao longo dos anos, uma escola interventiva, uma escola útil e, por isso mesmo, uma escola reconhecida. Daí a ideia de, ao longo dos anos, ter conseguido manter incólume a sua validade.

De facto, o que achei curioso, foi *o futuro de uma origem*, porque realmente, o que hoje estamos aqui a perspectivar para o futuro, tem muito a ver com o que há cinquenta anos atrás deu origem às escolas industriais e comerciais, numa lógica de necessidade de formar activos para o País.

Portanto, a perspectiva que vou explanar e a metodologia que vou utilizar vão basear-se *no recordar* um pouco da história da escola, *no*

* Escola Secundária João Gonçalves Zarco

reflectir em relação ao que a escola faz hoje em dia como herdeira desse passado e *no perspectivar* do futuro que nós, numa lógica de escola secundária pública, sentimos em termos de dificuldades.

Por outras palavras, perceber o valor do “recordar”, “avaliar” o presente e “perspectivar” o futuro.

Como já referi, estamos a falar de uma escola secundária que começou por ter o nome de Escola Industrial e Comercial de Matosinhos, passou a designar-se Escola Secundária n.º 1 de Matosinhos em 1974/75 e, mais recentemente, há cerca de doze anos, Escola Secundária João Gonçalves Zarco, perdendo, a partir de 1974/75, a terminologia que lhe dava uma identidade própria e distintiva – Escola Industrial e Comercial.

Ao longo dos anos, a escola tem oferecido, de forma sistemática, cursos de vertente profissionalizante em estreita colaboração com empresas da indústria e comércio do Concelho. Estas têm reconhecido a validade da formação que a escola presta, proporcionando estágios e oferecendo empregos.

A diversificação dos percursos de formação, a nível do ensino secundário, foi aumentando ao longo dos anos, atravessando as antigas vias profissionais e técnico-profissionais. Mais recentemente, surgiram os currículos próprios, os cursos tecnológicos, os cursos de educação-formação e, actualmente, os cursos profissionais.

Em relação aos cursos tecnológicos e currículos próprios, gostaria de salientar as inovações introduzidas pela escola, relativamente a estes últimos, na medida em que os criou, numa antecipação à própria legislação relativa aos currículos alternativos diurnos – esta antecipação custou, à escola e aos alunos, cerca de oito meses de espera por autorização superior – para além disso, penso, também, que foi a única escola que criou currículos alternativos nocturnos para alunos de ensino recorrente e trabalhadores. Relativamente aos cursos tecnológicos, temos actualmente a funcionar, para além de uma diversificada oferta diurna, o ensino secundário recorrente nocturno.

Vamos olhar, então, o presente, e ver o que a escola oferece e que papel desempenha na comunidade.

Foi uma escola que compreendeu a sua missão social, assumindo a herança de um passado recheado de sucessos e de um nome de antiga escola técnica com uma forte dimensão profissional, integrando um grande dinamismo em tudo o que faz e criando, desse modo, uma identidade própria de intervenção junto da comunidade e junto da sociedade.

É o facto de sermos uma escola plural e inclusiva, com respeito pela diferença dos alunos, que nos leva a ter uma preocupação muito grande, quer com os alunos de excelência, quer com os alunos de insucesso, tentando encontrar respostas válidas para todos eles, como forma de procura da qualidade e da eficiência. Desde o início que aceitámos e lançámos percursos de educação-formação, acreditando que é, claramente, um percurso a seguir como uma das respostas ao insucesso. Em minha opinião, não deveria ser só como resposta ao insucesso, pois corremos o risco de estarmos a criar e oferecer uma formação que consideramos válida para todos os alunos, mas que começa com alunos com percursos de insucesso. Penso que assim não será a melhor maneira de conseguir o sucesso.

Vamos falar então em relação à oferta formativa que a escola disponibiliza neste momento.

Assim, desde a oferta dos diversos cursos científico-humanísticos (com excepção do curso de Artes) onde, no curso de ciências e tecnologias, incluímos o projecto Pós-Zarco, que é um dos projectos direccionado para alunos de excelência que perspectivam um acesso ao ensino superior – português ou espanhol – ao nível de áreas da saúde (medicina), engenharia, ciências etc., através de um percurso curricular específico complementado com intercâmbios internacionais suportados através de parcerias que celebramos com escolas secundárias e universidades espanholas de forma a aumentar as opções dos alunos, as suas possibilidades de sucesso e, conseqüentemente, a diminuição de frustrações.

No que diz respeito aos cursos tecnológicos, como já referi, diurnos e nocturnos, são oferecidos um grande e diversificado leque de formação: sete cursos tecnológicos a funcionar na escola, abrangendo as áreas da electrotecnia, da informática, da administração, da acção social, do marketing e do desporto.

Nos cursos de educação-formação, disponibilizamos um tipo 3 de serviços comerciais e quatro tipo 4 para restauração, electromecânica e informática. Para, além disso, em parceria com o Instituto de Emprego e Formação Profissional – uma vez que a escola funciona como pólo de formação – oferecemos cursos de nível II nas áreas da restauração, da electricidade e da mecânica e cursos de nível III nas áreas da electromecânica e dos serviços pessoais.

Toda esta nossa maneira de funcionar, parte de uma fortíssima ligação ao meio em que a escola se insere, através do estabelecimento de parcerias e celebração de protocolos com a Câmara Municipal, com o Centro de Emprego de Matosinhos do IEFP, com inúmeras empresas de dentro e fora do Concelho, com centros de formação profissional, escolas da Galiza, Universidade de Santiago de Compostela e, também, através da colocação de alunos a estagiar em contexto real de trabalho, entre outros.

Esta é, pois, uma das características da nossa formação desde o início. Ou seja, desde 1984 que sempre se realizaram estágios em todas as formações, mesmo quando elas não eram obrigatórias. A escola sempre teve o cuidado de oferecer aos seus alunos a possibilidade de efectuarem estágios numa lógica de melhor integração na vida profissional e da diminuição da dificuldade real que é sair do meio escolar e entrar na vida activa.

No que diz respeito a projectos comunitários, porque os consideramos fundamentais, tentamos, também, envolver os alunos das vias profissionalizantes e qualificantes nos projectos internacionais em que a escola está envolvida, como é o caso dos programas Comenius, Leonardo, Língua, Sócrates, bem como dos projectos de intercâmbio (Espanha, França, Alemanha, república Checa), através dos quais tentamos que todos os

alunos da escola estejam envolvidos proporcionando um alargamento de horizontes.

Há uns anos atrás, a escola, tentou fazer uma parceria com a Associação Empresarial de Portugal, na altura AIP (Associação Industrial Portuense), no sentido de criar dentro da escola uma empresa que tivesse como função a colocação, no mercado de trabalho, de alunos com formação e que não estivessem ainda a trabalhar. No fundo, seria juntar a Associação Empresarial, que tinha uma ligação natural às empresas, que por sua vez necessitavam de mão-de-obra, aos alunos recém-formados ou aos ex-alunos que ainda não estavam colocados, tentando, dessa forma, criar uma empresa, detentora de uma base de dados que facilitasse colocação de trabalhadores, formados na escola ou noutros lados, em empresas que deles necessitassem. Para, além disso, a criação da empresa e a sua gestão seriam um excelente exercício prático para os alunos do curso de administração que lá poderiam estagiar. É uma ideia ainda não totalmente posta de lado.

O quadro que podem observar representa uma investigação que fizemos, desde 1992/1993 até 2004/2005, e que permite tirar algumas conclusões quanto ao curso tecnológico de administração, e estamos a falar de um *curso tecnológico* – penso que todos sabemos do mal que enfermavam e do deficiente funcionamento dos cursos tecnológicos e como pernicioso foram para as expectativas de formação dos alunos.

Curso Tecnológico de Administração	
1992/93	2004/05
<i>Alunos que prosseguiram estudos</i>	20%
<i>Alunos que continuaram na empresa de estágio</i>	20%
<i>Alunos que estão a trabalhar</i>	todos
<i>Alunos que fizeram estágio</i>	os que concluíram

Mesmo assim, chegámos à conclusão de que 20% dos alunos que frequentaram este curso prosseguiram os estudos, os alunos que continuaram nas empresas onde fizeram o estágio são também 20%. Neste momento, todos os alunos se encontram a trabalhar e todos os alunos que concluíram o 12.º ano fizeram um estágio profissional.

Em relação à interacção da escola com o meio, tentámos sempre melhorar a formação na sua vertente profissional, tornando-a mais qualificante, ou seja, desenvolver a perspectiva prática que os alunos adquirem quando integram efectivamente uma actividade profissional na comunidade ou numa empresa.

Entendemos que, deste modo, os alunos tomam contacto com a realidade profissional e constataam que o que realmente aprenderam tem utilidade prática, na inserção profissional, após a conclusão do curso.

Todos sabemos que a transição do meio escolar para o meio profissional é agressiva. As empresas não estão propriamente habituadas e conseqüentemente disponíveis para aceitar recém-formados que vão, de alguma forma, complicar o funcionamento da própria empresa, a não ser que, esta lhes traga alguma mais valia. Este é, sem dúvida, um aspecto a ter em conta.

No que respeita à necessidade de melhorar os recursos materiais da escola, realço que, como é evidente, entramos aqui num mecanismo em que a relação com o meio nos possibilita, muitas vezes, tomar conhecimento com novas tecnologias, novos equipamentos, embora de forma um bocado embaraçosa, uma vez que a escola, com o equipamento que tem, não consegue, de forma alguma, formar os alunos, ou seja, formar bons profissionais.

Continuamos a lidar com tecnologias do passado, em muitas situações os nossos alunos, quando chegam às empresas encontram equipamentos que nunca conheceram e, portanto, não sabem utilizar. É certo que o aprender a aprender resolve alguns problemas, mas é realmente importante que a escola se consiga apetrechar, em termos de tecnologias de ponta, para poder estar

em condições de formar para o presente e para o futuro, e não para o passado.

Promover a actualização dos recursos humanos da escola é outra necessidade permanente. Também aqui muitos dos nossos docentes (principalmente das áreas de maior componente tecnológica) se sentem um pouco constrangidos quando contactam com profissionais da área em que são professores e constataam a existência de um grande desfasamento entre os conhecimentos que adquiriram enquanto estudantes e aqueles que fazem agora parte do que é exigido aos alunos nas empresas onde estes realizam os estágios.

Assim, é também muito importante a capacidade individual dos próprios professores para reconhecerem a necessidade de auto-formação e de actualização permanente em relação aos conteúdos que ministram.

A promoção de uma nova atitude de abertura a novas culturas, contextos sociais, culturais e profissionais tem, também, uma relação directa com a realização de estágios e com a respectiva ligação ao mundo, numa perspectiva comunitária e numa perspectiva europeia de escola que tentamos criar.

A escola integra na sua missão a necessidade de desenvolver perfis de competência e integração no futuro, de inovação, de criatividade, de espírito de liderança e de autonomia.

É evidente que, relativamente a todos estes lugares comuns que aqui referi e que todos nós utilizamos frequentemente, devemos reconhecer que é muito difícil formar para a autonomia, para a liderança, para a inovação ou para a criatividade, quando as escolas não são lugares geradores dessas mais valias, uma vez que elas não têm autonomia nem possibilidade de ser criativas e de exercer uma verdadeira liderança. Como é então possível transmitir aos nossos alunos, um *“olha para o que eu digo, não olhes para o que eu faço”*... ou que me fazem a mim!

Vou, então, perspectivar o futuro, referindo, por um lado, alguns pontos que considero dificuldades e erros e por outro, algumas perspectivas de orientação para o futuro.

Penso que a aferição e articulação entre os perfis de formação dos ensinos básico e secundário são fundamentais. Constatamos efectivamente, hoje em dia, que o perfil terminal do ensino básico nada tem a ver com o perfil inicial do ensino secundário. O que significa e se traduz, obviamente, em grandes níveis de insucesso, logo no 10.º ano.

Na perspectiva das Novas Oportunidades, não me espanta muito que tenhamos, a curto prazo, 50% dos jovens do ensino secundário reorientados e integrados em vias profissionalizantes. Basta ir buscar os alunos de insucesso que são, neste momento, como todos sabem, mais de 50% no 10.º ano.

É extremamente complicado lidar, neste momento, com este tipo de situação. Volto a referir que, para que os percursos de sucesso ao nível da formação profissionalizante possam funcionar, não é possível partir do princípio que são uma resposta apenas para alunos de insucesso.

Temos realmente que trabalhar seriamente ao nível da orientação dos alunos. Acho que os serviços de psicologia e orientação são fundamentais nas escolas, para que sejam encontradas perspectivas e orientações de formação, sejam elas na área profissional ou na área do prosseguimento de estudos, mas que sejam assumidas, e que os alunos que optam por uma via profissionalizante, o façam com probabilidades de sucesso e com continuidade de sucesso. Temos de promover o sucesso e a excelência desde cedo, em vez de andar apenas a remediar o insucesso.

Ao nível da relação entre os currículos/programas e os objectivos do curso, parece-me que, de facto, continuamos a assistir à existência de currículos dos cursos profissionais, demasiado teóricos e muito pouco práticos. E isso é também, por seu turno, factor de desmotivação para os próprios alunos que enveredaram por esta via – mais prática – e vão encontrar, mais uma vez, um percurso escolar muito teórico e, portanto, um

percurso não profissional. Estes dados aumentam a desmotivação e consequentemente os índices do abandono escolar e saída precoce.

Ao nível da possibilidade de adaptações curriculares, vou agora juntar, se me permitirem, os cinco tópicos seguintes numa só abordagem, já que têm a ver com aquilo que considero a necessidade de promover um ensino de qualidade, de profissionalismo e o desenvolvimento de lógicas de competitividade.

Penso que, enquanto não conseguirmos ter a possibilidade de fazer adaptações curriculares aos vários percursos que a escola pública oferece, adaptando-os quer às necessidades dos alunos quer às necessidades regionais ou locais não ofereceremos, de facto, uma formação válida e qualificante.

Vou dar dois ou três exemplos que na nossa escola já pomos em prática. Assim, colocámos nos cursos de educação/formação e nos cursos tecnológicos/profissionais da área da administração, o inglês técnico-comercial. Porquê? Porque somos solicitados muitas vezes pelas empresas que nos dizem: *“Muito bem! Nós colocamos um funcionário administrativo que tem que contactar, pelo telefone, com empresas estrangeiras, porque temos relações internacionais, a verdade é que, em termos de inglês, até sabem umas coisitas, até porque têm a certificação escolar, mas, na prática, quando querem conversar com os clientes têm dificuldade na utilização de uma terminologia mais específica do inglês comercial ou de outras áreas”*. Portanto, actualmente e para dar resposta a estas solicitações, introduzimos também ao nível dos tempos de escola dos professores de inglês, num acréscimo ao currículo formal, o inglês comercial.

Relativamente ao período de estágio, constatamos que, muitas vezes, a adaptação do estágio às empresas, nada tem a ver nem com os interesses dos alunos, nem com os interesses das empresas, tornando-se um entrave para todos. Não é, felizmente, o nosso caso, porque, como referi, os alunos beneficiaram de estágios porque a escola tem muito boas relações com as empresas. Mas, a verdade é que sentimos muitas vezes que as empresas aceitam alunos – apesar de terem alguns prejuízos – apenas porque existe

um vínculo de longos anos com a escola. Embora tenhamos consciência que, se pudéssemos alterar o período de estágio, aumentando ou diminuindo, conforme os casos, ou mudando as datas em que eles se realizam, provavelmente todos os alunos seriam beneficiados e as empresas também.

A sequencialidade do percurso é extremamente importante para que, quando se inicia um percurso formativo, haja a possibilidade de este ter continuidade.

Não acredito muito na propaganda igualdade de oportunidades para todos. Penso que, em certas alturas, pode ser considerado quase que um excesso de democracia, “se bem que não acredite que possa existir excesso de democracia” ter que afirmar que todos terão acesso ao ensino superior, independentemente do seu percurso escolar. Considero que devem ser bem claras as diferentes finalidades dos diferentes percursos.

Sejamos pragmáticos! Os cursos profissionalizantes destinam-se a formar profissionais que ingressam no mercado de trabalho mais cedo, mas com qualidade. Portanto, quase sempre, é difícil a entrada destes alunos num percurso de ensino de carácter geral ou prosseguimento de estudos.

Penso assim, que seria de criar um percurso de continuidade, inclusivamente ao nível da formação mais profissionalizante, até ao nível do ensino superior.

Uma maior autonomia da escola é fundamental. Enquanto não existir uma verdadeira autonomia da escola, quer ao nível financeiro, quer ao nível da gestão dos recursos humanos, quer ao nível da gestão da própria organização e, naturalmente, da gestão dos currículos e dos tempos lectivos, será impossível as escolas criarem verdadeiras relações de parceria com as empresas e a comunidade, de forma a rentabilizar e a facilitar a formação.

A mudança de paradigma da relação escola-empresa, em minha opinião, é extremamente importante. Acho que a escola pública tem que terminar com a perspectiva de que só se dirige às empresas numa posição de

inferioridade (para pedir qualquer coisa). Ou nós mudamos de paradigmas e somos potenciais parceiros que vamos negociar interesses comuns e, em sede de verdadeiras negociações, determinar de que modo é que podemos contribuir de forma útil para uma empresa e de que forma é que essa empresa se pode constituir como um parceiro útil para a escola, já que, no fundo, vivemos na mesma cidade, no mesmo local e, portanto, partilhamos interesses comuns.

Mudando esse paradigma, e é muito fácil verificar que a escola tem muito a oferecer às empresas e as empresas têm também muito que oferecer às escolas, as relações poderão ser muito mais sólidas e eficazes.

Vou dar alguns exemplos:

A utilização de espaços físicos da escola (espaços desportivos, de auditórios, de espaços de formação), disponibilizando-os às empresas. A possibilidade de abertura da escola, fora do horário lectivo, para que haja a reconversão de activos ao nível escolar e profissional, através da organização de acções de formação realizadas pelas empresas nos espaços escolares, recorrendo, eventualmente, aos professores e utilizando os próprios funcionários;

A possibilidade de adaptar, em algumas situações, os próprios currículos dos cursos profissionais às necessidades específicas das empresas.

É, obviamente, espectável que, associando esta lógica de escola que pode trocar mais valias com as empresas, a uma maior autonomia, a escola pública passa a ser mais atractiva para as próprias empresas gerando interesses na participação e envolvimento nos mecanismos de gestão e financiamento da escola.

Penso que a avaliação é o tema fulcral e, neste momento, temos que reflectir em termos de “comunidades de aprendentes”, como já foi referido, noutros contextos, pelo Doutor Joaquim Azevedo, nas quais toda a sociedade tem que ser claramente aprendente: a escola, as empresas, os

alunos, todos temos que aprender. Os professores têm claramente que aumentar o seu grau de profissionalismo, aprendendo a ser avaliados. Só quando se realizar a avaliação de mérito é que vamos poder evoluir, de alguma forma.

Da mesma forma que as empresas terão que ser avaliadas, têm que ser avaliados, também, os gestores das empresas, porque, de facto, existem muitos empresários que devem ser urgentemente “reformatados”, de forma a terem a percepção de que, hoje em dia, é fundamental apostar na formação e ter sempre presente a função social e cultural do mundo empresarial.

Penso que será importante perceber que, quando colocamos estagiários em empresas, e que o empresário que recebe o estagiário o coloca sempre a realizar actividades menores, de contagem de papéis ou de limpeza das instalações, obviamente que as coisas estão mal.

Há que formar e avaliar os empresários para que percebam concretamente qual é o seu papel na formação dos “futuros” empregados.

Neste momento, olhar a educação como prioridade nacional, obriga ao investimento e ao empenhamento de todos os envolvidos, pois todos estarão de acordo que trará “novas oportunidades” de desenvolvimento, de maior competitividade e necessariamente maior crescimento económico.

Joaquim Azevedo

Muito obrigado.

Gostava só de focar apenas a problemática da abertura da discussão das “Novas Oportunidades”: não a deixarmos contida exclusivamente na escola e nos centros de formação, mas abrimo-la a toda a sociedade. Creio ser uma nota importante e pode ser retomada, agora, no debate.

DEBATE

António Ponces de Carvalho – Vi com grande interesse estas iniciativas do Governo, no sentido das “Novas Oportunidades”. Ou seja, no sentido lato de reconciliar aqueles que algures, no passado, se divorciaram da escola ou não tiveram oportunidade de a seguir. Preocupa-me que não se esteja a fazer o mesmo, no sentido de melhorar o sistema educativo, ou seja, de manter na escola aqueles que já lá estão e de conseguir melhor eficiência no sistema sobre quatro aspectos:

O primeiro é em relação ao 12.º ano. É impensável um país moderno que deita fora metade dos seus estudantes até ao final do 12.º ano, por reprovação ou abandono, e não sei se será só através da oferta de cursos de formação técnico-profissional que conseguiremos resolver o problema.

Segundo, considero que temos de repensar todo o nosso ensino básico e secundário, nomeadamente, quando vemos que com a adequação a Bolonha começámos pelo telhado. Temos de modificar o paradigma educativo ao nível do ensino superior, e pouco ou nada se está a fazer em relação ao ensino não-superior. Portanto, os nossos alunos vão continuar a ser formados dentro de um paradigma do Século XVI, jesuíta, com umas pequenas mudanças e cosméticas, para fazerem cento e oitenta graus ao entrarem no ensino superior e passarem a entrar no novo paradigma da aprendizagem que Bolonha contempla.

Terceiro aspecto, como é que nós continuamos a querer reconciliar aqueles que saíram da escola, para voltarem à escola, quando o ensino superior, de 2000 a 2005, perdeu cerca de onze mil e quinhentos estudantes? Estamos a ver a Europa a aumentar o número de alunos que frequentam o ensino superior e em Portugal esse número está a diminuir.

O quarto aspecto, que ainda me preocupa mais, é o que aconteceu neste ano lectivo (e que em Portugal não se fala), que é o facto de cerca de dez mil estudantes terem ficado de fora do ensino superior, por causa de um sistema perfeitamente obtuso, que é o sistema de acesso ao ensino superior, em que, pelo facto de os alunos terem terminado o secundário com nota positiva e terem obtido, por diversas razões, uma classificação negativa no

exame nacional, não puderam ingressar no ensino superior. No presente ano lectivo foram dez mil, para o próximo ano não sei quantos serão?

Muito obrigado.

Salomé Rafael – Antes de mais, quero cumprimentar o senhor Presidente do Conselho Nacional de Educação e a Mesa, e colocar três questões ao senhor Presidente do IEF – Dr. Francisco Madelino, e uma à Dra. Ana Penim.

Recordo-me de, com o Dr. Joaquim Azevedo, há cerca de dezasseis ou dezassete anos, andarmos nesta luta no Ministério do Trabalho e no Ministério do Emprego, finalmente sem a conseguir. Tenho muita pena que não tenha sido tripartida, ou seja, não tenha sido conseguida também com o Ministério da Economia. Repare-se, por exemplo: alunos das escolas profissionais que frequentam cursos de duas mil e seiscentas horas, mais quatrocentas de estágio em restauração, cozinha ou turismo, não podem fazer o aperfeiçoamento de três meses no INFTUR só porque a sua tutela é do Ministério da Economia.

Mas... Dr. Francisco Madelino o que eu gostava de lhe perguntar é o seguinte: este “*casamento*” com o Ministério da Educação prende-se fundamentalmente com os centros protocolares próprios e com aqueles que não são próprios, como disse, e as escolas públicas? Ou é agnóstico e também pode contemplar o sector privado, nomeadamente as escolas profissionais? Sendo assim, e partindo do pressuposto que pode acontecer, como questão supletiva ou como necessária ou por reconhecimento, pergunto-lhe se, sendo a resposta positiva, relativamente a Lisboa e Vale do Tejo isso também se coloca ou se aguardamos por 2008? Porque em 2007, com certeza vamos entregar os nossos projectos à NUT do Alentejo ou de Coimbra e, necessariamente, se tudo correr bem, só começaremos em 2008.

Segunda questão: estamos e vamos formar no próximo Quadro Comunitário, para aquilo de que falou o senhor Prof. Carlos Zorrinho, o Plano Tecnológico – conhecimento, tecnologia e inovação –, e assim é,

porque a comunidade o entende e o país também precisa. Nesse sentido, penso que quer a AEP, quer a AIP (os seus núcleos empresariais), têm desenvolvido os seus planos estratégicos de inovação e de competitividade baseados em dados e no conhecimento que têm. Para completar isto, também as comunidades urbanas, as CCDR's e até as câmaras municipais têm, com certeza, dinheiro para estudos (têm feito estudos – nós sabemos e conhecemo-los) e concluimos (não quero ser pessimista) que, na melhor das hipóteses, 50% do sector industrial que temos não existirá em Portugal daqui a dez anos, porque realmente não vai existir daqui a oito. Aquilo que lhe pergunto, e porque é um homem que trabalha com o desemprego e que deve ter preocupações, é: o que vamos fazer sobre isto? Não tenho dúvida de que, daqui a dez anos, muita gente jovem terá muito mais conhecimento, não andará só no Atlântico, por isso com certeza irá trabalhar para fora do país – nós próprios os educamos nesse sentido. Mas o facto é que o país necessita de empreendedorismo e pergunto-lhe: Quem é que irá trabalhar para isto? Continuam a ser apenas as universidades? Os institutos politécnicos? As possíveis escolas superiores de negócios (digo possíveis, porque elas existem no âmbito da União Europeia – em Portugal estão a tentar impor-se, sabemos daquelas que estão a ter algum sucesso)? Ou vamos fazer parcerias estratégicas sobre isto?

Para a Dra. Ana Penim uma pergunta muito simples: O senhor Bill Gates esteve em Portugal com honras de Estado, como vimos. No âmbito do ensino secundário, foram convidadas apenas seis escolas secundárias públicas e, curiosamente, nenhuma das escolas profissionais privadas (não sei se algum colégio o foi). Gostava de lhe perguntar se acha que foi por esquecimento, ou porque não temos reconhecimento nem competência, ou, em sua opinião, porquê?

Muito obrigada.

Jacinto Jorge Carvalho – Queria apenas fazer um comentário, uma observação.

Julgo que esta iniciativa tem de ser louvada, no sentido em que há um amplo consenso de que o país precisa de fazer um esforço acrescido com vista à melhoria da qualificação da população portuguesa. Todas as iniciativas que possam contribuir para melhorar significativamente o quadro das qualificações da população portuguesa são francamente meritórias. A questão é que: tem de se perguntar se o caminho a seguir para alcançar esse objectivo é o da aposta no sistema de ensino e formação que tem produzido os resultados que são conhecidos. Ou seja, do meu ponto de vista, aliás também na linha da intervenção do Dr. António Ponces de Carvalho, enquanto não nos perguntarmos: *Porquê os elevados níveis de abandono e de insucesso escolares, que são conhecidos, nos últimos anos? Porquê a qualidade insuficiente das aprendizagens daqueles que têm sucesso formal, ou seja, que concluem o ensino secundário com sucesso? Porquê os resultados claramente insatisfatórios, apesar do esforço enorme que o país fez de investimento do orçamento público na educação?*

Portanto, enquanto não encontrarmos resposta para estas questões e insistirmos na ideia de investir mais recursos, mantendo o sistema de ensino e de formação que temos, dificilmente obteremos muito melhores resultados. Ou seja, porventura teremos de encontrar os bloqueios no próprio sistema educativo, apesar do enorme esforço que o país fez e, lembre-se mais uma vez, que o país, hoje, gasta com o sistema educativo e de formação praticamente os valores de percentagem do PIB acima da média da OCDE e acima da média da União Europeia. Enquanto não procurarmos a resposta para as razões do insucesso do nosso actual sistema de educação e formação, porventura, correremos o risco de perder mais esta nova oportunidade, não acreditando eu (como cidadão recuso-me a acreditar), como dizia o Prof. Alberto Amaral, que possa ser a última oportunidade. Seguramente não será, mas o país tem de reflectir seriamente sobre se alguns dos bloqueios deste défice permanente de qualificação não residem na própria organização e funcionamento do nosso sistema de educação e de formação.

Alberto Melo – Quero recordar que, de facto, o campo da educação de adultos, não tanto em Portugal como em muitos outros países, tem sido fundamentalmente um campo de experimentação – experimentação pedagógica num ambiente flexível, que tem permitido inovações que, mais tarde, entram nos sistemas oficiais. Creio que esta perspectiva deve ser de manter e reforçar no âmbito do programa “Novas Oportunidades”, ou seja, a necessidade de haver pelo menos uma possibilidade de abrir a toda uma série de actores, de experiências e de projectos, sem estarem totalmente pré-formatados, os projectos, os cursos, etc. Essa experimentação é fundamental e daí também poderá advir uma modernização, uma melhoria dos próprios sistemas formais, tanto de educação como de formação, se deixarmos efectivamente margem a que as capacidades e as aspirações da população adulta venham ao de cima: os seus saberes, as suas competências na reformulação daquilo que é uma cultura, de certo modo, da própria população adulta, e a maneira de a pôr em destaque e de lhe permitir progressos, avanços e criatividade.

Nesse sentido, creio que era importante não nos fecharmos a programas, todos eles exaustivamente e pormenorizadamente detalhados desde o início – creio que isso tem quartado muito a própria criatividade das organizações e das entidades que trabalham no terreno com as populações adultas – e termos bastante cuidado com excessos de regulamentação e de formatação para permitir essa experimentação.

Francisco Madelino – Vou tentar ser rápido já que as questões foram muitas.

A primeira foi um lapso imperdoável meu, não ter dito, no início, uma palavra que relembresse e fizesse jus ao papel que o Prof. Alberto Melo teve (já não falo para trás, mas num passado bastante recente) com a experiência ANEFA e com o Grupo de S@ber+ que estão na base desta experiência que está de novo a ser retomada. Esse capital histórico pertence-lhe. Tivemos o prazer de trabalhar juntos no início do processo e das dificuldades de relação, mas é uma palavra de grande justiça que gostava de deixar, na medida em que o Prof. Alberto Melo e a Dra. Márcia Trigo são para mim,

nestas matérias, os primeiros nomes que me vêm à referência, quando estas questões estão em cima da mesa. Acho que é uma referência fundamental porque, também nestas coisas, o simbólico é um elemento importante.

Dito isto, e para responder ao Dr. Ponces de Carvalho sobre o que está a ser feito: Essa não é a minha pasta, mas, no trabalho intenso que temos feito com o Ministério da Educação (que teve esta primeira experiência e que teve um tempo em que não avançou à velocidade desejada), o que se está a tentar, no fundo, é reiniciar este processo e, ainda, criar, do ponto de vista institucional, entidades responsáveis por este processo de educação e formação de adultos. Não tenho concessão para dizer o que o Ministério da Educação está a fazer – estão aqui pessoas do Ministério –, mas posso dizer que se está a fazer um esforço para que 50% das ofertas formativas correspondam àquilo que se passa em termos europeus – serem ofertas educativas que têm formações profissionalizantes. Portanto, estamos aqui num jogo, para um lado e para o outro, isto é, da formação dar equivalência escolar e da escolaridade ter aquilo de que falava há bocado o Prof. Alberto Melo, que o sistema de certificação tenha um referencial de qualificações profissionais único que espero seja aprovado na próxima reunião do sistema nacional de certificação profissional. Foram precisamente os cursos de educação/formação que tiveram essa experiência embrionária.

Esse esforço e essa alteração de conteúdos, se assim se pode dizer, o próprio Ministério está a fazê-los e, portanto, as outras questões – se o nosso ensino é mais jesuíta ou mais pombalino e centralizado – dariam para outro debate.

Relativamente à questão que a Salomé me colocou directamente: O Ministério da Economia está a ser inserido, assim como o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, no âmbito da revisão das formações acima do nível III e que agora, em termos europeus, também é um desafio para Portugal, com a equivalência entre as formações do sistema educativo e do sistema de formação profissional e a adaptação a Bolonha. A Europa está em processo de aprovação dos oito níveis de formação profissional, em que oito seria o doutoramento equivalente a experiência profissional, que é um

processo não aplicado praticamente em Portugal. Nesse sentido, uma das matérias do novo Quadro Comunitário de Apoio já foi avançada, a da aplicação do Fundo Social Europeu, que tem a ver precisamente com a formação avançada e com os cursos de formação avançada de activos que vai pôr as equivalências no Ministério da Economia, no Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, no Ministério da Educação e no Ministério do Trabalho. Embora esta matéria, porque tem a ver com a autonomia das universidades, lance desafios superiores a todos nós que somos operadores neste sistema.

O sector privado foi colocado aqui em relação aos RVCC's e, também, pelo Prof. Alberto Melo.

Em primeiro lugar, dos 500 Centros de RVCC a atingir até 2010, objectivo que será lançado no próximo Quadro Comunitário de Apoio, apenas cerca de cem/cento e poucos serão entidades públicas, os outros serão entidades privadas que farão parte do próprio sistema. Aliás, se há matéria em que todos estamos de acordo (tive oportunidade de dizer isso na elaboração do próximo Quadro Comunitário de Apoio) é sobre a centralização, porque a experiência de regionalização não foi bem conseguida, provavelmente porque Portugal não tem mecanismos institucionais de regionalização, o que torna difícil quando se regionalizam os fundos, mas há matérias (quando falamos de coesão regional, de desenvolvimento local e de combate à pobreza) onde o território, a comunidade e os elementos de participação da sociedade civil são elementos fundamentais de intervenção. Aliás, o Prof. Alberto Melo falou várias vezes nesse processo aqui na mesa. É um desafio para a organização institucional do novo Quadro, mas que, com certeza, proporcionará um debate que, ao longo deste ano de 2006, todos iremos ter de fazer.

Há, no entanto, um problema que se levanta (também não é meu, embora seja do Estado Português) que é o das Regiões de Lisboa e Vale do Tejo e do Algarve que vai surgindo de sistemas que são alimentados pelo Fundo Social Europeu.

Também gostava de fazer referência (já a fiz aqui para a educação de adultos ao Alberto Melo) a que, quem recuperou basicamente este papel fundamental da formação com a equivalência escolar nesta nova visão moderna, foram fundamentalmente as escolas profissionais a partir de 1986 e, com esta relação mais potente, o próprio sistema nacional de aprendizagem.

O País tem, agora, um problema que é a existência de sistemas fundamentais como o sistema das escolas profissionais, para os quais se tem de encontrar uma forma de financiamento para regiões que estão em *phasing out*. O próprio Instituto de Emprego e Formação Profissional, em conjunto com o Ministério da Educação, paga cerca de metade das bolsas das escolas profissionais da Região de Lisboa e Vale do Tejo, mas este é um problema institucional que existe e sobre o qual devemos pensar a experiência das escolas profissionais e da Região de Lisboa e Vale do Tejo, e pensar também para o sistema institucional das RVCC's. Ou seja, Portugal tem de ter sempre em mente que um dia, se não houver fundos comunitários, como é que estes sistemas institucionais funcionam e são alimentados pelo próprio Estado, numa lógica de redução de despesa pública. É um desafio que está em cima da mesa: como é que se alimenta o sistema de formação profissional que era alimentado pelo sistema comunitário? Esta é uma matéria demasiado séria, quer em sede do novo Quadro Comunitário de Apoio, quer em sede do Estado, temos todos de fazer um esforço para a repensar.

Por fim, gostava de não deixar de dizer que não é só nas calamidades que devemos ser optimistas. Não estamos propriamente numa calamidade, mas, porque é muitas vezes referido que o Fundo Social Europeu não fez uma revolução em Portugal conjuntamente com os fundos do Estado, há uma afirmação que gostava de continuar a fazer: a de que a revolução é impressionante; basta olhar para o relatório feito pelo Dr. António Barreto – “Evolução Socio-económica do País” – com vários estudos nos últimos trinta anos. Os dados são, por exemplo, de trinta mil pessoas no ensino superior, antes da entrada da União Europeia, para cerca de quatrocentos mil; de cerca de trinta a quarenta mil no ensino secundário, na altura da

revolução, para um milhão e duzentos mil – os números são impressionantes.

Esta revolução por que o país passou com os financiamentos do Fundo Social Europeu, e não falo já nos doutoramentos que foram pagos nas universidades pelos fundos comunitários, tem a ver com o que afirmou um Prémio Nobel que tem vários trabalhos sobre isto e sobre a teoria do capital humano: “*Quem nunca foi à escola dificilmente voltará a ir à escola*”, isto é, a teoria do capital humano prova que quem não teve formação inicial, dificilmente voltará a procurar formação inicial, contrariamente àqueles que a tiveram. O nosso desafio é contrariar esta lei enquanto autoridades públicas, para um país que não se pode resignar. Fazia, por fim, esta referência: não sei se haverá algum presidente de Instituto de Emprego e Formação Profissional, nalgum país europeu, que vá ver os seus parentes das últimas quatro gerações e constate que nenhum sabe ler. É apenas uma reflexão desta herança.

Dizer-se que a educação não tem este papel revolucionário e que não se deve continuar a apostar no Fundo Social Europeu, dá-me, às vezes, vontade de fazer perguntas ao contrário: onde é que está o aumento da produtividade por aplicações do FEDER nos investimentos? E comparemos às vezes diferenças de produtividade: do capital humano e da formação profissional.

Ana Teresa Penim – Acho que aquilo que o Dr. Ponces de Carvalho disse é fundamental. De facto, o sistema educativo tem de se preocupar em manter e fidelizar o seu público e, para isso, é importante perceber quais são as causas e aquilo que é preciso mudar, como o Dr. Jacinto Jorge Carvalhal acabou de referir.

Em relação à questão que a Salomé me colocou: Como imagina, não faço a mínima ideia de quais foram os critérios de selecção que o Ministério adoptou para convidar as escolas para aquela iniciativa. Pode haver diversas explicações, surgiram-me algumas, não sei se foi pelo critério das escolas públicas serem, de facto, em grande número e corresponderem à maioria –

com certeza que há exemplos significativos de excelência nessa maioria de escolas; não sei se foi porque desconhece também a realidade (por dentro) das escolas profissionais e os inúmeros exemplos de sucesso que existem nessas escolas e, se calhar, também no regime da aprendizagem ou noutros contextos.

Lembrei-me, por exemplo, da Escola do Comércio de Lisboa ao longo destes catorze anos. Quando tinha reuniões muito importantes com empresários, seminários e outras coisas importantes, escolhia para levar aqueles alunos que até estavam mais desmotivados, que precisavam de um *input* positivo.

Creio, sinceramente, que as escolas profissionais nunca precisaram que o Ministério da Educação fosse a sua fonte de motivação, porque, se isso tivesse acontecido, há muito que tinham desaparecido. Portanto, as escolas profissionais vão vingar e se, de facto, o nosso país estiver preocupado com os resultados e a investir bem os fundos, estas escolas vão vingar porque estão verdadeiramente orientadas para o mercado, ou seja, para a sociedade, para os alunos, para as famílias; e é isso que lhes dá a força. Elas não dependem da motivação ou do estímulo do Ministério da Educação, nem de outro ministério qualquer.

Três notas finais:

A primeira é sublinhar que o programa –Novas Oportunidades – tem aspectos muito positivos que foram aqui realçados, mas gera algumas preocupações que também foram salientadas. Notava três aspectos que, no correr do dia, podem ser retomados e, certamente, noutras oportunidades.

Alguns intervenientes sublinharam ser uma questão de sociedade, não é apenas uma questão do ministério *a* ou *b*, nem só dos ministérios – é muito positivo estarem a trabalhar em conjunto –, mas é preciso não se ficar por aí e envolver muitas outras instituições da chamada sociedade civil, diria: muitas outras instituições sociais e muitos outros actores que intervêm muito activamente nos vários territórios do país. É preciso atender à questão espacial, porque o território não é todo igual. Há desigualdades muito grandes em Portugal; há as desigualdades sociais, mas há muito claras desigualdades espaciais que contêm essas desigualdades sociais.

Depois, há uma segunda nota que tem a ver com a pré-formatação destas medidas. Muitas destas intervenções (mesmo nos cursos de educação/formação) estão muito pré-determinadas, muito pré-estabelecidas, sobretudo em domínios de intervenção e desenvolvimento social, dificultando muito/criando espartilhos muito difíceis para a actividade, por se tratar de pessoas. Essa pré-formatação coaduna-se pouco com determinados contextos sociais em que as intervenções se desenvolvem.

O novo Quadro Comunitário ou o Quadro de Referência Estratégica Nacional deveria prever mecanismos mais flexíveis de actuação, em muitos dos contextos onde é possível fazer incidir o incentivo público, com muito mais liberdade, com muito mais atenção a essa diversidade espacial/social/cultural, porque, depois, diz-se que o país não está preparado para o tal momento de autonomia. Essas instituições têm de ir ao mercado, têm de ser capazes de autonomia. Dos quinhentos RVCC's a criar: Quantos é que existirão daqui a dez anos? Quantos é que subsistirão sem os apoios comunitários? Se os pré-formatamos totalmente, se os fazemos depender

100% do dinheiro do Estado e, com isso, nos comprazemos, é evidente que é difícil que, daqui a dez anos, algum deles tenha sido educado para a autonomia. Sobretudo o Estado tem pouca legitimidade para falar nos processos da autonomia ou de que as instituições não são autónomas. Para as instituições (creio) há um aspecto que tem a ver com conquista, com construção da autonomia; é um processo muito lento, muito difícil de se credibilizar e, para isso, é preciso criar redes sociais, raízes sociais locais – difícil quando tudo está virado para responder apenas às exigências da Administração –, apesar de também se poderem, certamente, introduzir aqui outros mecanismos.

Uma última nota: a do financiamento. Que não nos arrependamos, sobretudo, da maneira como este projecto está delineado, *a de colocar os ovos todos no mesmo cesto*, porque há aqui financiamento, muito financiamento que tende a ser colocado só numa via de resolução dos problemas. Creio que ficou aqui bastante claro, sobretudo pela intervenção da Dra. Ana Penim e pela reflexão que o CNE tem vindo a fazer, que há várias maneiras de levar a água ao moinho, há aqui várias maneiras de fazer com que a população seja mais qualificada e não apenas os insuportados, há muitos adolescentes e jovens que a podem obter nas escolas, em cursos normais, em turmas normais.

Lembremos, por exemplo, a experiência do Alentejo, em que por cada quatro turmas foi criada mais uma flutuante, o que permitiu reduzir o insucesso para metade. Foi uma experiência que foi acompanhada pela Direcção Regional de Educação do Alentejo e pela Universidade de Évora e que é construída pelos professores, no contexto local. É só um exemplo para dizer que é possível (se calhar), indo ao encontro do que o senhor Conselheiro Jorge Carvalhal dizia, descobrir outras formas de construir o sucesso escolar que todos esperamos.